



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026-PML
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

“LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E EQUIPARADAS, SENDO APLICADO O BENEFÍCIO DA **PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP/OU EQUIPARADAS NO **ÂMBITO REGIONAL** NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL, OS DITAMES DA LC 123/2006, DE 14/12/2006 (CONSOLIDADA) E DECRETO MUNICIPAL 155/2022 (ARTIGO 2º, § 1º, INCISO II, ALÍNEA “D”).”**

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Lobato, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022; Decreto Municipal nº. 155/2022, de 08 de setembro de 2022, Decreto Municipal Nº 021/2024, de 11 de janeiro de 2024, Decreto Municipal n.º 102/2025 de 16 de abril de 2025, Decreto Estadual nº 10086/2022 de 17 de janeiro de 2022 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie e às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, por meio do Departamento Municipal de Licitação, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o procedimento auxiliar, **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Data da sessão virtual: 05 de março de 2026.

Horário: 09h00min

(Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h20min do dia xx de xxxx de 2026.

Local: BNC <https://www.bnc.org.br>, “Acesso Identificado”, no qual o edital está disponível para “download”.

O **valor máximo** estimado para esta licitação é de **R\$= 988.134,00 (Novecentos e oitenta e oito mil cento e trinta e quatro reais)**, sendo que o valor de cada item se encontra definido no Termo de Referência (**anexo 01**).

O presente edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: **Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil**, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min ou estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.lobato.pr.gov.br/> - aba “LICITAÇÕES”, e ainda no site <https://www.bnc.org.br>.

2. DO OBJETO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

2.2. A compra será efetuada de forma fracionada, isto é, de acordo com a necessidade do município.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

2.3. A empresa vencedora deverá entregar os itens que atendam rigorosamente as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, diretamente na Prefeitura Municipal de Lobato/PR, situada na Rua Antônio Coletto n.º 1260, Bairro Centro- Lobato/PR, Cep 86790-000, telefone (44) 3249-1414 no horário das 8h00min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, **ou em outra Secretaria indicada pela Administração (dentro do perímetro urbano de Lobato)**, sendo o transporte e descarga por conta da empresa Detentora da Ata de Registro de Preços, em até **05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da NFS (Nota de solicitação de fornecimento)**.

2.4. A conferência das mercadorias no ato de entrega na Prefeitura Municipal de Lobato será realizada pela Secretário Municipal de Administração, senhor **Antonio Valdenir Lodi** designado fiscal de contrato conforme Decreto Municipal nº 121/2025, de 06 de maio de 2025, sendo que a entrega deverá ser acompanhada pelo responsável da empresa Detentora da Ata de Registro de Preços.

2.4.1. Caso a entrega seja realizada em outra Secretaria, a fiscalização ficará sob responsabilidade do(a) fiscal designado(a) para àquela secretaria.

2.5. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade das mercadorias obrigando-se a repor aquela que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

2.6. A detentora da ata deverá manter durante toda a vigência e execução do contrato a mesma marca do objeto indicada na Proposta Inicial, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 140, § 1º, salvo por acordo entre as partes, desde que motivado e justificado.

2.7. Se após a entrega, os itens que apresentarem qualquer problema, deverão ser substituídos nas mesmas especificações constantes nos termos da licitação, no prazo de no máximo **02 (dois) dias úteis**.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3.2. A quantidade constante do **Anexo 01 (Termo de Referência)** é estimativa de consumo, não obrigando o Município à utilização total.

3.3. O Município de Lobato reserva-se no direito de deixar de utilizar o objeto da presente licitação, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o(s) licitante(s) vencedor(es), não cabendo a este(s) qualquer tipo de indenização.

3.4. Poderão participar da licitação as empresas do ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto do presente edital.

3.5. As estimativas de quantidades foram realizadas com base em consumo dos exercícios anteriores desta Municipalidade, não sendo possível realizar procedimento público de IRP para possibilitar a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na Ata de Registro de Preços.

3.6. O Município de Lobato/PR será o único Órgão Gerenciador contratante. (Art. 9º, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023).

4. DO EDITAL

4.1. O presente Edital de Pregão Eletrônico estará **disponível** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.lobato.pr.gov.br/> - aba "**LICITAÇÕES**", e ainda no site <https://www.bnc.org.br>.

4.2. Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, **estará disponível nos sites supracitados, cabendo aos interessados inteira responsabilidade em acompanhar as informações prestadas pelo Município e pela BNC**, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

4.3. Integram o presente Edital, os seguintes documentos:

Anexo 01 – Termo de Referência;

Anexo 02 – Modelo de Carta Proposta Comercial

Anexo 03 – Declaração Unificada; **(OBRIGATÓRIO UTILIZAR O MODELO DO EDITAL)**

Anexo 04 - Minuta da Ata de Registro de Preços. **(Não preencher)**

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste certame EXCLUSIVAMENTE AS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, sendo aplicado o benefício da **prioridade de contratação** para ME/EPP/OU EQUIPARADAS no **âmbito regional** nos termos da legislação vigente, em especial, os ditames da LC 123/2006, de 14/12/2006 (consolidada) e Decreto Municipal 155/2022.

Diante da **PRIORIDADE**, aplica-se o Art. 2º, §1º, Inciso II, alínea “d”, e Art. 12º, Decreto Municipal nº 155/2022, no qual dispõe:

Art. 2º O Município de Lobato poderá elaborar editais de licitações com restrição de participação para empresas tratadas neste Decreto que sejam sediadas local ou regionalmente, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e de implementação de políticas públicas para fomentar a economia, conforme previsto no art. 179 da Constituição Federal, no art. 47 da Lei Complementar nº 123/06, no art. 34 da Lei Municipal nº 610/2007, e no Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 2122/19-TP).

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se como:

(...)

II - âmbito regional- uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

(...)

d) o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP a qual pertence o próprio Município, definindo-os e justificando esta utilização no instrumento convocatório;

(...)

§ 3º Tanto no âmbito local, quanto no regional, deverá existir no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços competitivos relacionados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 4º Não é necessária a efetiva participação de no mínimo 3 (três) empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existam os três fornecedores (ou prestadores de serviços) competitivos enquadrados nas exigências legais.

(...)

*Art. 12º Poderá ser concedida, justificadamente, **prioridade** de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos das alíneas abaixo:*



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

- a) aplica-se o disposto neste artigo nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;
- b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

5.2. Assim, conforme Prejulgado nº 27 <https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2020/5/pdf/00344760.pdf> o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), houve a consolidação do entendimento de que é possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) sediadas em determinado local/regional, em virtude da implementação dos objetivos propostos no artigo 47 da Lei Complementar (LC) nº 123/2006 (Estatuto Nacional da ME e da EPP), desde que devidamente justificado.

O âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP é compreendido pelos municípios descritos, a saber:

ÂNGULO, ASTORGA, ATALAIA, COLORADO, DOUTOR CAMARGO, FLORAI, FLORESTA, FLÓRIDA, IGUARAÇU, ITAGUAJÉ, ITAMBÉ, IVATUBA, LOBATO, MANDAGUAÇU, MANDAGUARI, MARIALVA, MARINGÁ, MUNHOZ DE MELO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA ESPERANÇA, OURIZONA, PAIÇANDU, PARANACITY, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SANTO INÁCIO, SÃO JORGE DO IVAÍ, SARANDI, UNIFLOR.

5.3. Conforme consulta ao cadastro de empresas com suas sedes no âmbito regional do município de Lobato, e que atendem ao objeto solicitado em edital, durante a pesquisa de mercado, foi identificado o número mínimo exigido pela legislação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório, conforme se pode verificar abaixo:

D. MOREIRA JUNIOR – GRÁFICA	- CNPJ -26.924.834/0001-87
GRÁFICA CAIUAS LTDA	- CNPJ -09.119.870/0001-59
MARCIO VALÉRIO AZEVEDO	- CNPJ -31.136.636/0001-99
L F CORREA GRÁFICA E CIA LTDA	- CNPJ -04.400.137/0001-94

5.3.1. Seguem documentos comprobatórios em anexo (cartões CNPJ - anexo), comprovando, assim, o ramo de atividade pertinente à aquisição do objeto. Ainda conforme estabelecido pelos acórdãos nº 4624/17 - Tribunal Pleno (Consulta nº 983475/16) e nº 2159/2018 - Tribunal Pleno (Consulta nº 1031749/16) os valores de referência para abertura



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

deste certame tiveram por base orçamentos com ampla pesquisa de mercado e abrangência, sem restrição a qualquer modalidade empresarial.

5.4. Esta Administração tem cumprido as determinações de ampla divulgação dos processos licitatórios, portal de transparência, mural de licitações TCE-PR, mais a divulgação no site oficial do Município, buscando assim maior competitividade e retorno financeiro nos processos licitatórios, assegurando assim os princípios da isonomia e da competitividade desejadas.

5.5. A participação dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, endereço eletrônico: <https://bnc.com/Home/Login>.

5.5.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no credenciamento junto à **BCN - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (042) 3026-4555; e-mail: contato@bnc.org.br**; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida pela plataforma para o respectivo cadastramento/credenciamento.

5.6. Não poderão disputar esta licitação:

5.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.7. O impedimento de que trata o item 5.6.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto no item 5.6.2 e não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.12. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. INSTRUÇÕES PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (art. 164) e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, art. 16:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, **na forma prevista no edital de licitação.**

Define-se: o último dia útil 02/03/2026 até às 00h00min. Neste período qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

6.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

6.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento **DEVERÃO SER REALIZADOS POR FORMA ELETRÔNICA**, em campo próprio na plataforma BNC - <https://bnc.com/Home/Login>;

6.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

6.4.1. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

6.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

6.9. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei 14.133/21).

7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

7.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

7.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.4. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados **apenas pelo licitante vencedor**, nos termos do art. 63, II da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação e proposta ajustada ao último lance, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, após a solicitação e notificação do sistema, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4.2. O prazo máximo de envio da documentação de habilitação e proposta ajustada ao último lance será informado via sistema na Plataforma BNC e poderá ser prorrogado por igual período e ocorrer nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

7.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

7.10. DA PROPOSTA FINAL

7.10.1. A proposta final adequada ao último lance ofertado após a negociação do licitante declarado vencedor **deverá ser anexada com os demais documentos de habilitação exigidos no Edital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Agente de**



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Contratação e notificação do sistema, sendo que o prazo máximo será informado no sistema, através da plataforma da BNC e deverá:

7.10.2. Para fins de classificação, a proposta atualizada deverá ser preenchida em papel timbrado, ou devidamente identificado com dados básicos da empresa, contendo também indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, constando o valor e demais informações exigidas neste edital, datada e assinada por quem de direito e escrita em português, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal conforme modelo **anexo 02**.

7.10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.10.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.10.5. O(s) valor(es) deverão ser expressos em REAL, com apenas **02 (duas) casas** após a vírgula (R\$0,00), o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

7.16.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.10.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.10.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- b) Marca/Modelo de cada item ofertado;
- c) **ATENÇÃO:** Quando se tratar de prestação de Serviços, o licitante participante deverá preencher o campo Marca/Modelo como “Serviço” ou “Própria”, ou ainda algo que não dê para identificar a empresa participante, sob pena de desclassificação.
- d) Fabricante de cada item ofertado, quando cabível;
- e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (NOVENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8. Os licitantes devem respeitar os **preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.9. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 8.8.

8.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8.11. O Município de Lobato não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da sessão pública virtual e que venha expressamente a incidir sobre o objeto, na forma da lei.

8.12. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte da empresa ou de funcionário.

8.13. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO. Decreto 10.024/19 art. 30 parágrafo 5º.

8.15. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste Edital, a mesma deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas no mesmo e seus anexos, sob pena de desclassificação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, e horário indicados neste Edital.

9.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) as que contiverem opções de preços alternativos;

c) as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente;

d) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

e) as propostas que não se enquadrarem nos dispostos no Termo de Referência;

f) a proposta que identifique o licitante.

g) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

h) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

- 9.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.6.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 9.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8.** O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último por ele ofertado** e Registrado pelo sistema.
- 9.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.9.1.** Será adotado para o envio de lances no processo eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.11.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.12.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.14.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.15.** Poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 9.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.17.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.18.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.19.** A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02(duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.20.** Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1.** Encerrada a etapa de negociação, a PREGOEIRA verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.2. Caso conste situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

10.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

10.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

10.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.4. Ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar declarado como ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com item 5.1 deste edital.

10.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.6.1. contiver vícios insanáveis;

10.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **item 10.6.3**, só será considerada após diligência da Agente de Contratação, que comprove:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5.1. Os licitantes que silenciarem neste momento, não poderão, posteriormente, interpor recurso administrativo, uma vez que o direito à interposição decai pela falta de manifestação imediata e motivada na própria sessão, portanto, não serão aceitos embargos contra os atos administrativos da pregoeira e equipe de apoio findado o prazo no sistema.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

12.2. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

12.3. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

12.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.5. Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados.

12.6. Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.

12.7. A partir da assinatura da ata de registro de preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

12.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

12.9. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade como descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA.

12.10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21, e do Decreto Municipal Nº 021/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

12.10.1. Ainda, nos termos do Decreto Municipal Nº 021/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024, art. 16: § 2º No ato de prorrogação da vigência da ARP, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, caso em que deverá constar no ato o prazo a ser prorrogado e o quantitativo a ser renovado.

12.11. A ata de Registro de Preços poderá gerar contrato, conforme disposto no Decreto 11.462/23.

12.12. A Ata de Registro de Preços será tramitada pelo Departamento de Compras e com o Gestor do Contrato, localizado no paço municipal devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor demandante.

13. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. A Secretaria demandante será responsável pela atualização periódica dos preços registrados na Ata de Registro de preços, em conformidade com a realidade do mercado, dos respectivos objetos.

13.2. O prazo para atualização dos preços registrados será de 12 (doze) meses.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro para mais ou para menos.

14.1.1. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração adotará as seguintes providências:



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

14.1.2. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

a) Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

b) Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

a) A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

14.1.3. Serão observadas as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos art. 25 a art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

15. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [Art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. Somente poderá haver alteração contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto obedecido ao disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/21, desde que o contrato seja decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como a Ata de Registro de Preços esteja em plena vigência, sendo que os mesmos poderão sofrer aditivos de quantidades e de prazo, desde que observados os limites legais.

Eis o texto:

Art. 84, Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021:

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

Art. 36, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023:

A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no [art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Define-se a vigência dos contratos decorrentes da ata de registro de preços o período de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. (Art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

16.1. A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a DETENTORA DA ATA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

16.2. Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

16.3. Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.

16.3.1. Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133/21.

16.3.2. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

16.4. O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

16.5. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

16.5.1. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da Ata.

16.5.2. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

16.5.3. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a DETENTORA DA ATA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

16.6. A solicitação da DETENTORA DA ATA, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

16.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

16.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA DA ATA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

17.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

17.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

17.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato/ata;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.2.3. Considera-se inexecução total do contrato:

17.2.3.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

17.2.3.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

17.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

a) *apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;*

b) *fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*

c) *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*

d) *praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*

e) *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

17.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

17.4. A sanção prevista no item 17.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Lobato/PR pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.5. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado.

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

17.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

17.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.11. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.12. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



VP = Valor da parcela em atraso.

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1 Os licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

I - Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

II - Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

III - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

IV - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública virtual precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública virtual, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

19.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Inexistindo manifestação recursal, a Autoridade Superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

20.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

21. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

21.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

21.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

21.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

21.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

22. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

22.1. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos das dotações orçamentárias:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
5	01.001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.3.3.90.30.00
23	02.001	Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.3.3.90.30.00
63	04.001	Manutenção da Secretaria de Fazenda	04.001.04.123.0020.2012.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
96	05.001	Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00
96	05.001	Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00
181	06.003	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	181 - 06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00
189	06.003	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	06.003.10.304.0014.2078.3.3.90.30.00
242	07.001	GABINETE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	07.001.04.122.0020.2083.3.3.90.30.00
225	07.001	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.3.3.90.30.00
359	08.001	Manutenção da Secretaria de Planejamento	08.001.04.122.0019.2006.3.3.90.30.00

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

363	09.001	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00
389	10.001	Manutenção da Secretaria de Educação	10.001.12.361.0020.6029.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
518	15.001	Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.3.3.90.30.00
532	16.001	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.3.3.90.30.00

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.lobato.pr.gov.br/> e na Plataforma BNC, através do endereço eletrônico <https://bnc.com/Home/Login>.

Lobato, 19 de fevereiro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE

Prefeito Municipal em exercício

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026-PML
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Lobato/PR, com base no Documento de Formalização de Demanda e nos Estudos Técnicos Preliminares, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. A descrição e as especificações do objeto são de responsabilidade da Secretaria demandante.

1.3. Compete ao Agente de Contratação e à Equipe de Apoio a condução do procedimento licitatório, incluindo a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite do processo, a prática dos atos necessários ao seu regular andamento e a adoção das providências até a homologação do certame.

1.4. A elaboração da pesquisa de preços e a definição dos valores de referência são de responsabilidade da Secretaria demandante.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados às diversas Secretarias do Município de Lobato/PR, pelo período de 12 (doze) meses.

2.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se no conceito de compra, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Os quantitativos estimados foram definidos com base no Documento de Formalização de Demanda elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, considerando o consumo histórico e a previsão de utilização para o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.
1	PASTAS CADASTRO DAS FAMILIAS E PACIENTES - POSTOS DE SAUDE - PAPEL SUFITE 180G - IMP CROMIA - F/V - PLASTIFICADA - MEDIDA 32X46CM	UND	4000
2	AUTORIZAÇÃO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - TRATAMENTO FORA DO MUNICIPIO - COM 100 FLS SULFITE 75G, 30 X 20 CM - COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	300
3	FICHA DE BEBE CLINICA - PAPEL SUFITE 180G - IMP CROMIA - MEDIDA 16X33CM	UND	4000
4	FICHA REGISTRO PERMANENTE DE VACINAS -VARIAS FAIXAS ETARIAS - SUFITE 180G - IMP CROMIA - MEDIDA 20X30CM - F/V	UND	3000
5	FICHA CONTROLE QUARTEIRÃO DENGUE ENTOMOLOGICA - SUFITE 120G - F/V - 20X30CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000
6	FICHA DE VISITA-PNCD - MEDIDA 170 X 25CM SULFITE 180G, IMPRESSÃO 01 CROMIA - F/V	UND	2000

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

7	FICHA DE SERVIÇO ODONTOLÓGICO - SUFITE 240G - IMPRESSÃO CROMIA - F/V - 20X30CM	UND	3000
8	FICHA DE PROCEDIMENTOS - E-SUS ATENÇÃO BÁSICA - SUFITE 75G - F/V - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
9	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - E-SUS ATENÇÃO BÁSICA - SUFITE 90G - 20X30CM - F/V - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150
10	FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL - E-SUS - ATENÇÃO BÁSICA - SUFITE 75G - 20X30CM - C/ 100 FLS - F/V. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
11	FICHA GRÁFICO DE PESO IDADE - CRIANÇAS - 0 a 7 ANOS - SUFITE 240G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 22X36CM - F/VERSO	UND	1000
12	BLOCO BOLETIM DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO -- DENGUE - SUFITE 75G - 20X30CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
13	BLOCO RESUMO SEMANAL DE SERVIÇO ANTIVETORIAL - DENGUE - SUFITE 75G - 20X30CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
14	BLOCO BOLETIM DIÁRIO DE PRODUÇÃO DENGUE ENTOMOLÓGICA - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
15	BLOCO AVISO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - SUFITE 90G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 15X20 CM - C/ 100 FLS	BL	350
16	BLOCO DE COMUNICAÇÃO DE COMPARECIMENTO A VISITA MENSAL NÃO ATENDIDA NA ÁREA-ESF-170 X 95 MM-SUFITE 75G C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
17	BLOCO DE REGISTRO DIÁRIO DE SERVIÇO ANTIVETORIAL/PESQUISA ENTOMOLÓGICA COM 100 FLS., SUFITE 75G, 20 X 30 CM FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
18	BLOCO ANAMNESE-ALIMENTAR COM 100 FLS-SUFITE 75G, MEDIDA 21,0 X 29,7 CM-FRENTE E VERSO COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
19	BLOCO DE RELATÓRIO DE PRODUÇÃO E MARCADORES PARA AVALIAÇÃO ESF COM 100 FLS SUFITE 90G, 21,0 X 29,7 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
20	BLOCO DE AVISO DE PESAGEM-ESF - MEDIDA 170 X 25 CM, SUFITE 75G C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50
21	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO 16 X 20 CM COM 100 FLS SUFITE 50G COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	500
22	BLOCO DE PROTOCOLO PARA ENCAMINHAMENTO CLÍNICO CREO/CISAMUSEP COM 100 FLS SUFITE 75G, 21,5 X 31,5 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
23	BLOCO DE PRONTUÁRIO MÉDICO PARA ENFERMARIA C/ 100 FLS-SUFITE 75G - MEDIDA 21,0 X 29,7 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
24	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA AZUL"B, B-1, B-2" E RETINÓIDES SISTÊMICOS COM 50 FLS. SUPER BONDER AZUL - 75G - 10 X 25 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
25	BLOCO DE RECEITUÁRIO COMUM - 15,0 X 22,0 CM - IMPRESSÃO CROMIA - COM 100 FOLHAS	BL	1500
26	BLOCO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL-50 X 2 VIAS CARBONO AUTOCOPIATIVO - 14 X 20 CM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	1500
27	BLOCO DE ANAMNESE ALIMENTAR COM 100 FLS SUFITE 75G, 21,0 X 29,7 CM-FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

28	BLOCO DE DECLARAÇÃO, DE COMPARECIMENTO, DECLARAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, SUFITE 75G - IMP 01 COR - MEDIDA 14X20CM - COM 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
29	BLOCO DE ATESTADO DE VACINA-SUFITE 90G, COM 100 FLS 20 X 15 CM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
30	BLOCO DE FOLHA AMARELA-ATENDIMENTO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA-PAPEL SUPERBOND 75G - COM 100 FLS, IMP 1 COR FRENTE E VERSO, 20 X 30 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
31	BLOCO DE GUIA-ENCAMINHAMENTO COM 50 FLS-SUFITE 75G-22X 32 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	250
32	BLOCOS DE EXAMES PARA ESPECIALIDADES - SUFITE 75G - 14X20CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
33	BLOCO EXAMES SOLICITADOS - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
34	BLOCO DE FICHA GERAL DE ATENDIMENTO MÉDICO COM 100 FLS. SULFITE 75G, 22,0 X 30,0 CM, F/V COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150
35	BLOCO ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM 100 FLS, SULFITE 90G 20 X 30 CM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
36	BLOCO CONTINUAÇÃO FICHA GERAL DE ATENDIMENTO - FGA I - SUFITE 90G - F/V - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
37	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAMES COM 100 FLS. SULFITE 75G, 15,0 X 20,0 CM -- COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
38	BLOCO FICHA GERAL DE ATENDIMENTO - FGA I - SUFITE 75G - F/V - F/V - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150
39	BLOCOS COMPROVANTE AGENDAMENTOS 50 X 2, VIA CARBONO AUTOCOPIATIVO - MEDIDA 14 X 20. - COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
40	BLOCO FICHA B-DIA - SUFITE 75G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
41	CADERNETA CLÍNICA DO BEBÊ - PAPEL SUFITE 75G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 15X20CM - C/ 8 VIAS - F/V	UND	200
42	CARTEIRINHA CONTROLE HIPERTENSO / DIABÉTICO - SUFITE 180G - F/V - 14X20CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000
43	CARTEIRA CONTRACEPTIVO ORAL - CONTROLE ANTICONCEPCIONAL - SUFITE 240G - IMPRESSÃO CROMIA - F/V - MEDIDA 30X20CM	UND	2000
44	FOLHAS DE EXTRATIFICAÇÃO DE DIABETES, SULFITE 90 G - FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 20 X 30 CM.	FLS	3000
45	FOLHAS DE EXTRATIFICAÇÃO DE RISCO, SULFITE 90G, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 20 X 30 CM.	FLS	3000
46	CARTEIRA DE CONTROLE DE GLICEMIA-PAPEL CARTÃO, 240G- IMPRESSÃO CROMIA, 20 X 15CM-FRENTE E VERSO.	UND	3000
47	CONTROLE DE APRAZAMENTO DE IMUNIZAÇÕES, SULFITE 240G, MEDIDA 15X20 CM. IMPRESSÃO CROMIA	UND	2000
48	CARTÃO CONTROLE DE MEDICAMENTOS - CARTOLINA 180G-30X20CM-IMP CROMIA - F/V	UND	10000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

49	FOLDERS SOBRE DENGUE-COUCHE, 150G-IMP CROMIA F/V-30 X 20 CM.	UND	20000
50	FOLDERS PARA DIVERSAS AREAS DA SAUDE - PAPEL COUCHE 170G - IMP CROMIA - F/V - MEDIDA 30X20CM	UND	20000
51	CARTÃO DE CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL - SULFITE 180G - MEDIDA 12,5 X 18,5 CM - IMPRESSÃO CROMIA	UND	5000
52	CARTEIRA DE VACINAÇÃO - SULFITE 180G, 31,5 X 11,0 CM-F/V - IMPRESSÃO CROMIA	UND	2000
53	CARTÃO DO PACIENTE, CARTOLINA AZUL, 180G, 57 X 95 MM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000
54	CARIMBO AUTOMÁTICO AUTOENTINTADO - MEDIDA 47 X 18 MM	UND	200
55	CARIMBO AUTOMÁTICO AUTOENTINTADO MEDIDA - 35 X 14 MM	UND	300
56	ALMOFADA DE RECARGA DE CARIMBO AUTOMÁTICO-TAMANHO 47X1,7 CM	UND	100
57	ALMOFADA DE RECARGA DE CARIMBO AUTOMÁTICO, TAMANHOS DIVERSOS	UND	100
58	ADESIVO C/ IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI PARA VARIOS DEPTOS C/ ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL INDICADO PELO SETOR	M2	400
59	ADESIVOS COM IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI - PARA ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS P/ DIVERSOS DEPTO - ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL	M2	500
60	CARTÕES DATAS COMEMORATIVAS, DIA DAS MÃES, PAIS, CRIANÇAS, ETS. - COUCHE 300 GR - IMP CROMIA F/V - 30 X 20 CM - DOBRADO	UND	5000
61	BLOCO DE BOLETIM DE RECONHECIMENTO-PCFAD COM 50 FLS-SULFITE 75G, 20 X 30 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
62	FOLDERS SOBRE LIMPEZA PÚBLICA-COUCHE 115G IMP. CROMIA 30 X 20 CM-FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	20000
63	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - COM 50 JOGOS DE 2 VIAS, CARBONO AUTOCOPIATIVO - 14 X 20 CM, .	BL	200
64	PASTA ARQUIVO PAPEL CARTÃO 240G, 32 X 46 TIMBRADO, COM NOME DAS ESCOLAS E CENTROS EDUCACIONAIS. - CROMIA - PLASTIFICADA	UND	3000
65	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL - COM 50 JGS, DE 2 VIAS - MEDIDA 14 X 20 CM, CARBONO AUTOCOPIATIVO COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200
66	ENVELOPES DE LIVRO, SULFITE 180G, 15 X 8 CM. - IMPRESSÃO CROMIA	UND	5000
67	ENVELOPE SACO, 250 X 310-KRAFT NATURAL 90G. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENE E VERSO	UND	12000
68	ENVELOPE SACO, 410 X 360, KRAFT NATURAL, 90G - COM IMPRESSÃO CROMIA, FRENTE E VERSO.	UND	8000
69	ENVELOPE SACO, 190 X 250 KRAFT NATURAL-90G. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	8000
70	ENVELOPE SACO OURO 120G - TIMBRADO 160 X 230. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000
71	ENVELOPES SACO, TIMBRADO, 120GR, 26 X 36 CM - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000
72	ENVELOPE SACO TIMBRADO BRANCO, SULFITE 120G, 18 X 24 CM. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

73	ENVELOPE SACO, TIMBRADO, 90G, 24 X 34 CM - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO - SUFITE 120G	UND	12000
74	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO BRANCO - PAPEL SUFITE 120G 12 X 23 CM. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000
75	FICHA DE CONTROLE CRUZADO FCC, SULFITE 240G - 20X15CM - FRENTE E VERSO COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	10000
76	FICHA DE DEVOLUÇÃO DE LIVROS, - SULFITE 120G, 15 X 7 CM-F/V - IMP CROMIA	UND	3000
77	FICHA DE CONTROLE DE ENTRADA DE LIVROS. SULFITE 75G, 30 X 40 CM- F/V - IMP CROMIA.	UND	3000
78	APOSTILAS DE CURSO PROERD, CAPA COUCHE 150G, IMPRESSÃO CROMIA, 20 X 30CM FECHADA 40X30CM ABERTA- COM 52 PÁGINAS.	UND	100
79	CARTÃO DE VISITA PAPEL COUCHE, 300G, CROMIA, LAMINAÇÃO FOSCA E VERNIZ LOCALIZADO MEDIDA PADRÃO 50X90 MM CANTOS ARREDONDADOS.	UND	3000
80	FOLHAS PAPEL OFICIO TIMBRADO - IMPRESSÃO CROMIA - SUFITE 90G - MEDIDA 29,7X21,0 CM	UND	30000
81	FICHA DE CONTROLE DE BORDO SEMANAL, 22 X 32 CM, SULFITE 180G, FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	1000
82	FICHA DE CONTROLE DE VEÍCULOS, SULFITE 240G, MEDIDA 20 X 30 CM - F/V IMPRESSÃO CROMIA	UND	1000
83	FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO-CARTOLINA 240G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 57 X 36 CM	UND	1000
84	PASTAS PARA DOCUMENTOS EM GERAL, PAPEL TRIPLEX, 300G, PLASTIFICADAS, 32 X48 CM, COM ABAS INTERNA E PERFURADAS COM ASTE BORBOLETA. - IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000
85	CONVITES PARA DIVERSOS EVENTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO - COUCHE 250G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 20X30CM - DOBRADA COM VERNIZ UV LOCALIZADO F/V	UND	3000
86	CARTÕES DE ANIVERSARIO PARA DIVERSOS FINS DA ADMINISTRAÇÃO - COUCHE 250G - IMP CROMIA - MEDIDA 30X20CM - DOBRADO - COM VERNIZ LOCALIZADO - F/V	UND	2000
87	CARTAZES PARA DIVERSOS EVENTOS DA ADM. - PAPEL COUCHE 170G - IMP CROMIA MEDIDA 64X46CM CM	UNID	1000
88	BLOCOS BOLETIM DE ATENDIMENTO - CONSELHO TUTELAR - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50
89	TERMO DE ADVERTENCIA E RESPONSABILIDADE - CONSELHO TUTELAR - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50
90	CERTIFICADOS DIVERSOS CURSOS - PAPEL COUCHE 230G - IMP CROMIA - 20X30CM	UNID	1000
91	PASTAS P/ DIVERSAS CONFERENCIAS - PAPEL TRIPLEX 250G - IMP CROMIA - 30X45CM - C/ ENCARTE	UNID	2000
92	CRACHAS P/ DIVERSAS CONFERENCIAS - PAPEL TRIPLEX 250G - IMP CROMIA - 10X15CM - PERFURADOS - C/ ILHOS	UNID	2000
93	CONVITES AUTORIDADES PARA EVENTOS DIVERSOS DA ADMINISTRAÇÃO - PAPEL COUCHE 300G - IMP CROMIA - MEDIDA 20X30CM - F/V	UND	2000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

94	BLOCOS DE CONTROLE DE TELEFONEMAS - PAPEL SUFITE 75G - MEDIDA 20X30CM - C/ 50 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50
95	BLOCOS DE FICHAS P/ DIVERSOS EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO - PAPEL DIVERSAS CORES - MEDIDA 12X8CM - NUMERADOS - CROMIA - VARIOS MODELOS - C/ 100 FLS	BL	1500
96	REQUISIÇÃO P/ GINASIO DE ESPORTES - 50X2 VIAS - CARBONADOS - MEDIDA 10X14CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150
97	PORTA CARDAPIO PARA MESAS DIVERSOS EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO - PAPEL COUCHE 300G - IMP CROMIA - MEDIDA 43X18CM - C/ CORTE FACA ESPECIAL PLASTIFICADOS - VERNIZ LOCALIZADO	UNID	1500
98	M2 FAIXA EM LONA DIVERSOS DEPTO IMPESSÃO DIGITAL 1200 DPI ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL INDICADO SETOR	M2	200
99	M2 ADESIVOS P/ PERSONALIZAÇÃO DE VITRINES/PAREDES VARIOS DIZERES E TAMANHOS - IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI - ARTE E INSTALAÇÃO NO LOCAL INCLUSA - DIVERSOS DEPTOS	M2	200
100	M2 PLACA INFORMATIVA DE USO INTERNO E EXTERNO PVC 5 MM ADESIVADO IMPRESSÃO DIGITAL 1200DPI - ARTE E INSTALAÇÃO NO LOCAL INCLUSA	M2	200
101	M2 ADESIVO PADRÃO ESTADUAL PARA ENVELOPAMENTO DE VEICULOS - IMPRESSÃO DIGITAL 1200DPI - INSTALAÇÃO NO LOCAL - ARTE INCLUSA - DIV DEPTOS	M2	250
102	LONA BANNERS C/ IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI PARA DIVERSOS DEPTO C/ ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL INDICADO SETOR	M2	500
103	FOLDERS S/ TRABALHO INFANTIL - CONSELHO TUTELAR - COUCHE 150G IMP. CROMIA 30 X 20 CM-FRENTE E VERSO.	UND	10000
104	BLOCO FICHA DE VULNERABILIDADE CLÍNICO-FUNCIONAL-20 - PAPEL SULFITE - IMPRESSÃO FRENTE E VERSO - MONOCROMIA	BLOCO	200
105	BLOCO FICHA PARA ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES HIPERTENSOS DE ALTO OU MUITO ALTO RISCO E/OU DIABETES MELLITUS COM CONTROLE METABÓLICO RUIM. PAPEL SULFITE - IMPRESSÃO FRENTE E VERSO - MONOCROMIA	BLOCO	200
106	ADESIVO AUTOCOLANTE PARA IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS COMUM, RESÍDUOS INFECTANTES E RESÍDUOS RECICLÁVEIS. COLORAÇÃO DE ACORDO COM AS CORES DE IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS. TAMANHO 9 CM X 11 CM.	UNIDADE	300
107	ETIQUETA AUTOCOLANTE DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE. MONOCROMIA. TAMANHO 11CM X 5CM.	UNIDADE	20000
108	ETIQUETA AUTOCOLANTE COLORIDO PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO. CORES: AZUL, VERDE, AMARELO E VERMELHO.	UNIDADE	20000
109	ETIQUETA AUTOCOLANTE PARA IDENTIFICAÇÃO DE MEDICAÇÃO, MONOCROMÁTICO. TAMANHO 14 CM X 14 CM.	UNIDADE	20000
110	BLOCO DE ATESTADO DE CONSULTA ODONTOLÓGICA COM 100 FOLHAS SULFITE 75G-15,0 X 22,0 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100
111	BLOCO DE GUIA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA 01 VIA 30 X 20 CM - SULFITE 75G-COM 50 FOLHAS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150

2.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DECORRENTES

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



2.4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 021/2024.

2.4.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência estabelecida no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições legais, a disponibilidade orçamentária e, quando aplicável, a previsão no Plano Plurianual, conforme art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de suprir as Secretarias Municipais com materiais gráficos indispensáveis à execução das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público, garantindo a continuidade dos serviços públicos prestados pelo Município.

3.2. Os materiais gráficos solicitados são utilizados rotineiramente em setores administrativos, unidades de saúde, unidades escolares e demais órgãos vinculados à Administração Municipal, sendo essenciais para registros, controles, comunicação institucional e suporte às políticas públicas desenvolvidas.

3.3. A aquisição por meio de registro de preços possibilita o atendimento das demandas de forma parcelada, conforme a necessidade, evitando estoques excessivos e assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

3.4. Os quantitativos estimados foram definidos a partir de levantamento de consumo realizado pelos setores demandantes, considerando a projeção de uso para o período de 12 (doze) meses, não constituindo obrigação de aquisição integral pela Administração.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.2. A empresa contratada deverá fornecer os materiais gráficos conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando os padrões de qualidade exigidos, os prazos de entrega e as condições de fornecimento, durante todo o ciclo de vida do objeto.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A solução contratada deverá atender aos requisitos mínimos necessários à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando a qualidade do objeto, a competitividade do certame e o atendimento ao interesse público.

5.1.1. A Contratada deverá estar devidamente regularizada quanto à emissão de nota fiscal, em conformidade com a legislação tributária vigente.

5.1.2. A Contratada deverá possuir capacidade técnica e logística compatível com o fornecimento do objeto, atendendo aos prazos, quantidades e especificações solicitadas.

5.1.3. Sempre que possível, deverão ser observadas práticas sustentáveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), priorizando materiais de menor impacto ambiental.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

- 6.1.** A execução da contratação dar-se-á de forma indireta, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item.
- 6.2.** Os materiais gráficos deverão ser entregues diretamente nas Secretarias demandantes ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, no Município de Lobato/PR, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08h00 às 11h30 e das 14h00 às 16h30.
- 6.3.** O prazo máximo para entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da ordem de fornecimento, devendo os materiais ser entregues em perfeitas condições de uso, isentos de defeitos de fabricação e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.4.** O transporte, a carga, a descarga e todos os demais custos necessários à entrega dos materiais, incluindo impostos, taxas, fretes, pedágios e quaisquer outras despesas, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.
- 6.5.** Não serão aceitas como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais alegações relacionadas à gestão interna da contratada, tais como férias coletivas, indisponibilidade de fornecedores, redução de pessoal, escolha de rotas de entrega ou qualquer outro fator de natureza operacional.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

- 7.1.1.** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Municipal, por meio de portaria específica, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.1.2.** A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas, que apresentarem defeitos ou que não atenderem às obrigações assumidas pela contratada.
- 7.1.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.1.4.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, que registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos eventualmente constatados.
- 7.1.5.** Sempre que a situação demandar providência que ultrapasse a competência do fiscal, este deverá comunicar o fato à autoridade superior, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.
- 7.1.6.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado da notificação da Administração.
- 7.1.7.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela contratante.
- 7.1.8.** A contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo de natureza trabalhista entre seus empregados e a Administração Pública.
- 7.1.9.** A inadimplência da contratada quanto aos encargos mencionados não transferirá à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.1.10.** A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta apresentada.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

7.1.11. É vedada a subcontratação do objeto sem prévia e expressa autorização da Administração, bem como a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município ou ocupante de cargo de confiança.

7.1.12. A contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

7.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.2.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.2.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos prepostos dos fornecedores;

7.2.1.2. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências instrumento convocatório;

7.2.1.3. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

7.2.1.4. Solicitar a entrega do (s) material (is);

7.2.1.5. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

7.2.1.6. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

7.2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

7.2.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado à Administração pelo armazenamento;

7.2.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

7.2.2.4.1. Substituir no prazo de 03 (três) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas por esta administração;

7.2.2.5. Comunicar por escrito à administração qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

7.2.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

7.2.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Administração Pública de Lobato/PR.

7.2.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

7.2.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital o e em seus Anexos;

7.2.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município de Lobato/PR;

7.2.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

7.2.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Lobato/PR, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

7.2.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

7.2.2.14. Comunicar por escrito à Administração qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

7.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

7.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria,

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração desta municipalidade.

7.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência da Administração;

7.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

7.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto desta Dispensa.

7.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 7.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Lobato/PR, nem poderá onerar o objeto deste Termo, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Lobato.

7.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.9. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

7.9.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lobato, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

7.9.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Prefeitura Municipal de Lobato.

7.9.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

7.10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.10.1. Comete infração administrativa a contratada que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

7.10.2. Pela prática de infração administrativa, a Administração poderá aplicar à contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, a extensão do dano causado, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da contratada.

7.10.3. As sanções administrativas aplicáveis poderão consistir em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados os prazos, critérios e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

7.10.4. A sanção de multa, quando aplicada, poderá assumir caráter moratório ou compensatório, conforme o caso, sendo calculada sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor total do contrato, nos percentuais definidos no instrumento contratual, respeitados os limites legais.

7.10.5. Na aplicação das sanções, serão considerados, entre outros critérios, a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, os danos causados à



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Administração Pública, bem como a eventual adoção ou aperfeiçoamento de programa de integridade pela contratada, quando exigível.

7.10.6. A aplicação das sanções não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração, nem impede a adoção das demais medidas legais cabíveis.

7.11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.11.1. O contrato será extinto quando integralmente cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, ainda que a execução ocorra antes do prazo originalmente previsto.

7.11.2. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término de sua vigência, por qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.11.3. Na hipótese de extinção contratual, aplicam-se, quando cabível, as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.4. A extinção do contrato não impede o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando comprovado, hipótese em que será concedida indenização nos termos do art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.5. O contrato poderá ser extinto, ainda, caso se constate a existência de vínculo vedado entre a contratada e agente público, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O recebimento do objeto ocorrerá durante a entrega dos materiais, ocasião em que serão verificados os prazos, os quantitativos e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

8.2. Constatada a conformidade dos materiais entregues, será realizado o recebimento definitivo, mediante atesto do fiscal do contrato ou da Secretaria demandante, para fins de medição, liquidação da despesa e pagamento.

8.3. Havendo controvérsia quanto à especificação, qualidade ou quantidade dos materiais fornecidos, será observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a contratada ser comunicada para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa do fornecimento, quando cabível.

8.4. O prazo para saneamento de inconsistências na execução do objeto ou para correção da documentação fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.5. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, no prazo de até 30 (trinta) dias, observada a legislação aplicável.

8.6. A nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, quando exigível.

8.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, pendência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus para a Administração.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação municipal aplicável.

9.2. O critério de julgamento será o de menor preço por item, observadas as exigências de habilitação e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

9.3. Poderão participar desta Licitação **PRIORITARIAMENTE MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, SEDIADAS NO LIMITE GEOGRÁFICO DA AMUSEP (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE)**, observando o disposto no artigo 48, I, e art. 49, IV da Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e art. 2º, §1, inciso I do Decreto Municipal Nº 155/2022, de 08 de setembro de 2022 e com o Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

9.4. Visando promover o desenvolvimento econômico no âmbito REGIONAL, será permitida **PRIORITARIAMENTE** a participação das **MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MEI** que possuem suas sedes no limite geográfico da AMUSEP, de acordo com o Decreto Municipal nº 155/2022.

9.5. Diante da Exclusividade, aplica-se o Art. 2º, §1, inciso I, no qual dispõe:

Art. 2º O Município de Lobato poderá elaborar editais de licitações com restrição de participação para empresas tratadas neste Decreto que sejam sediadas local ou regionalmente, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e de implementação de políticas públicas para fomentar a economia, conforme previsto no art. 179 da Constituição Federal, no art. 47 da Lei Complementar nº 123/06, no art. 34 da Lei Municipal nº 610/2007, e no Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 2122/19-TP).

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se como:

(...)

II - âmbito regional- uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

(...)

d) o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP a qual pertence o próprio Município, definindo-os e justificando esta utilização no instrumento convocatório;

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei, serão beneficiados pelo tratamento favorecido o fornecedor que esteja em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, respectivamente.

§ 3º Tanto no âmbito local, quanto no regional, deverá existir no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços competitivos relacionados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 4º Não é necessária a efetiva participação de no mínimo 3 (três) empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existam os três fornecedores (ou prestadores de serviços) competitivos enquadrados nas exigências legais.

9.5.1. Assim, conforme Prejulgado nº 27
<https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2020/5/pdf/00344760.pdf> o Tribunal de Contas do Estado

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

do Paraná (TCE-PR), houve a consolidação do entendimento de que é possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) sediadas em determinado local/regional, em virtude da implementação dos objetivos propostos no artigo 47 da Lei Complementar (LC) nº 123/2006 (Estatuto Nacional da ME e da EPP), desde que devidamente justificado.

9.5.2. Conforme consulta ao cadastro de empresas com suas sedes no âmbito da AMUSEP, e que atendem ao objeto solicitado em edital, durante a pesquisa de mercado, foi identificado o número mínimo exigido pela legislação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório, conforme pode-se verificar abaixo:

D. MOREIRA JUNIOR – GRÁFICA	- CNPJ -26.924.834/0001-87
GRÁFICA CAIUAS LTDA	- CNPJ -09.119.870/0001-59
MARCIO VALÉRIO AZEVEDO	- CNPJ -31.136.636/0001-99
L F CORREA GRÁFICA E CIA LTDA	- CNPJ -04.400.137/0001-94

9.5.3. O âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP é compreendido pelos municípios descritos abaixo:

ÂNGULO, ASTORGA, ATALAIA, COLORADO, DOUTOR CAMARGO, FLORAÍ, FLORESTA, FLÓRIDA, IGUAUAÇU, ITAGUAJÉ, ITAMBÉ, IVATUBA, LOBATO, MANDAGUAÇU, MANDAGUARI, MARIALVA, MARINGÁ, MUNHOZ DE MELO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA ESPERANÇA, OURIZONA, PAIÇANDU, PARANACITY, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SANTO INÁCIO, SÃO JORGE DO IVAÍ, SARANDI, UNIFLOR.

9.5.4. Esta Administração tem cumprido as determinações de ampla divulgação dos processos licitatórios, portal de transparência, mural de licitações TCE-PR, mais a divulgação no site oficial do Município, buscando assim maior competitividade e retorno financeiro nos processos licitatórios, assegurando assim os princípios da isonomia e da competitividade desejadas.

9.5.5. A utilização de licitações com prioridade para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) da região da AMUSEP traz diversos benefícios econômicos para a administração pública, especialmente em termos de entrega rápida, redução de custos logísticos e garantia de cumprimento dos prazos. Ao contratar fornecedores regionais, a administração reduz significativamente os custos de transporte, pois as empresas estão próximas geograficamente, o que diminui despesas com combustíveis, pedágios e manutenção de veículos. Além disso, a proximidade permite entregas mais frequentes em menores quantidades, o que minimiza a necessidade de manter grandes estoques e, conseqüentemente, gera economia com armazenamento e evita desperdícios.

9.5.6. A rapidez na entrega é outro ponto crucial. Empresas regionais conseguem atender as demandas de forma imediata ou em prazos curtos, o que é essencial em situações de urgência, garantindo que os materiais ou serviços cheguem dentro do tempo necessário para que a administração pública continue suas atividades sem interrupções. Além disso, eventuais problemas como defeitos ou a necessidade de ajustes podem ser resolvidos de forma ágil, já que o acesso aos fornecedores é facilitado, evitando longos tempos de espera que ocorreriam com fornecedores distantes.

9.5.7. A proximidade dos fornecedores regionais também reduz os riscos de atrasos, pois eles estão menos sujeitos a imprevistos logísticos como condições climáticas desfavoráveis ou problemas com transportadoras de longa distância. Isso garante uma maior previsibilidade e segurança no cumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos, essencial para que a administração pública cumpra seus cronogramas e atenda às necessidades da população. Além disso, o monitoramento dos fornecedores é facilitado, o que possibilita um maior controle



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

sobre a cadeia de suprimentos e a fiscalização dos prazos e da qualidade dos produtos e serviços entregues.

9.5.8. Outro ponto importante é a economia gerada com retrabalhos e substituições. Como os fornecedores estão mais próximos, eventuais substituições de produtos ou correções no serviço podem ser feitas de maneira rápida e com custos reduzidos, uma vez que o tempo e os gastos com transporte são minimizados. Essa proximidade também favorece um controle de qualidade mais rigoroso, permitindo que a administração acompanhe de perto o cumprimento das especificações contratuais, evitando gastos desnecessários com produtos ou serviços que não atendam às exigências.

9.5.9. Além dos benefícios diretos relacionados à logística e à qualidade do fornecimento, o fomento ao comércio regional também gera um impacto econômico positivo na região. A contratação de empresas da **AMUSEP** fortalece a economia regional, gerando emprego e renda, o que, por sua vez, aumenta a circulação de dinheiro na região e contribui para o desenvolvimento socioeconômico. A medida também estimula a competitividade entre as empresas regionais, incentivando-as a oferecer produtos e serviços de melhor qualidade a preços mais competitivos.

9.5.10. Por fim, essa política de incentivo regional contribui para a construção de parcerias duradouras entre a administração pública e os fornecedores regionais, o que pode resultar em benefícios futuros, como uma maior eficiência nos processos licitatórios, com empresas mais preparadas e familiarizadas com as demandas do município. Dessa forma, a administração pública não apenas economiza no presente, mas também cria as condições para um ambiente de negócios mais eficiente e competitivo no longo prazo.

9.5.11. O artigo 2º, §1º, inciso II, alínea "c" do Decreto Municipal nº 155/2022 justifica a prioridade ao âmbito dos municípios da **AMUSEP**, assegurando que sejam beneficiadas as empresas em situação regular junto à Receita e ao Município, respeitando o limite de receita bruta anual definido pela Lei Complementar nº 123/2006. Além disso, conforme o §3º do artigo 2º, a participação de, no mínimo, três fornecedores ou prestadores de serviços enquadrados como ME ou EPP é suficiente para garantir a competitividade, sem exigir sua efetiva participação na licitação, desde que estes fornecedores existam e estejam em conformidade com as exigências legais.

9.5.12. A habilitação dos licitantes observará os critérios relativos à capacidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

9.6. Como **CONDIÇÃO PRÉVIA** ao exame da habilitação e proposta do licitante o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

b) Sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União

Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas no sistema CGU-PAD (no caso de servidores e empregados públicos federais do Poder Executivo Federal) e nos Sistemas, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM (no caso de pessoas jurídicas) <https://certidoes.cgu.gov.br/>

9.6.1. A consulta aos cadastros na fase de habilitação constitui verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU).

9.6.2. Constatada a existência de sanção, que impeça a participação no certame, a Pregoeira e equipe de apoio reputarão o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

9.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, SE FAZ NECESSÁRIO:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no ano em curso. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício; No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); Todos os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.1.2. PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.1.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

10.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

10.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

10.1.2.4. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) – Certidão de Regularidade Fiscal (CRF).



10.1.2.5. Prova de Regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT).

10.1.3. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.1.4. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo fornecedor, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.1.5. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo de dispensa convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10.1.6. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.1.7. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

10.1.8 - PARA FINS DE CONPROVAÇÃO ECONOMICA – FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024), não sendo admitidos balancetes ou balanços provisórios. Aditem-se balanços intermediários. As demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa, conforme Lei 10.406/2002 (Código Civil), art. 1.184, § 2º. Empresas constituídas há menos de dois anos apresentarão as demonstrações relativas ao último exercício, já as empresas recém-criadas deverão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei 14.133/2021, art. 69, inciso I e § 6º, art. 65, § 1º).

a.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- **Publicados em Diário Oficial; ou**
- **Publicados em Jornal; ou**
- **Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou**
- **Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.**

a.2) As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), poderão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial, as Demonstrações, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial, poderá também ser comprovada a autenticação pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, conforme Decreto nº 8.683 de 25 de fevereiro de 2016, e ainda deverá atender as prerrogativas do Conselho Federal de Contabilidade no que se refere às demonstrações contábeis.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

a.3) Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar balanço patrimonial, **desde que**, apresentem Declaração Anual do Simples Nacional, **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024)**. No caso de Microempreendedor Individual constituído no exercício social vigente deste certame, ou com menos de 01 (um) ano, estará dispensado de apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional.

Considerando a LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 e o disposto nos artigos 1.078 I e 1.179, do Código Civil:

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:
I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida em até no máximo 180 (cento e oitenta) dias da abertura da sessão pública virtual.

10.3. OUTROS DOCUMENTOS

10.3.1. PROPOSTA COMERCIAL; (Modelo anexo 2)

10.3.2. DECLARAÇÃO UNIFICADA; (Obrigatório utilizar o modelo do Edital);

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor de referência do presente procedimento de PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS é de **R\$ 988.134,00 (Novecentos e oitenta e oito mil cento e trinta e quatro reais)**. Neste valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.2. Este Termo de Referência visa estabelecer as condições para o fornecimento do objeto, objetivando suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Lobato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PASTAS CADASTRO DAS FAMILIAS E PACIENTES - POSTOS DE SAUDE - PAPEL SUFITE 180G - IMP CROMIA - F/V - PLASTIFICADA - MEDIDA 32X46CM	UND	4000	4,11	16.440,00
2	AUTORIZAÇÃO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - TRATAMENTO FORA DO MUNICIPIO - COM 100 FLS SULFITE 75G, 30 X 20 CM - COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	300	22,26	6.678,00
3	FICHA DE BEBE CLINICA - PAPEL SUFITE 180G - IMP CROMIA - MEDIDA 16X33CM	UND	4000	1,51	6.040,00
4	FICHA REGISTRO PERMANENTE DE VACINAS -VARIAS FAIXAS ETARIAS - SUFITE 180G - IMP CROMIA - MEDIDA 20X30CM - F/V	UND	3000	1,38	4.140,00
5	FICHA CONTROLE QUARTERÃO DENGUE ENTOMOLOGICA - SUFITE 120G - F/V - 20X30CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000	2,66	7.980,00
6	FICHA DE VISITA-PNCD - MEDIDA 170 X 25CM SULFITE 180G, IMPRESSÃO 01 CROMIA - F/V	UND	2000	1,40	2.800,00
7	FICHA DE SERVIÇO ODONTOLOGICO - SUFITE 240G - IMPRESSÃO CROMIA - F/V - 20X30CM	UND	3000	2,36	7.080,00

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

8	FICHA DE PROCEDIMENTOS - E-SUS ATENÇÃO BÁSICA - SUFITE 75G - F/V - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	24,77	2.477,00
9	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - E-SUS ATENÇÃO BÁSICA - SUFITE 90G - 20X30CM - F/V - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150	18,00	2.700,00
10	FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL - E-SUS - ATENÇÃO BÁSICA - SUFITE 75G - 20X30CM - C/ 100 FLS - F/V. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	22,40	2.240,00
11	FICHA GRÁFICO DE PESO IDADE - CRIANÇAS - 0 a 7 ANOS - SUFITE 240G - IMP CROMIA - MEDIDA 22X36CM - F/VERSO	UND	1000	2,60	2.600,00
12	BLOCO BOLETIM DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO -- DENGUE - SUFITE 75G - 20X30CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	24,07	2.407,00
13	BLOCO RESUMO SEMANAL DE SERVIÇO ANTIVETORIAL - DENGUE - SUFITE 75G - 20X30CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	22,57	2.257,00
14	BLOCO BOLETIM DIÁRIO DE PRODUÇÃO DENGUE ENTOMOLÓGICA - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	26,62	2.662,00
15	BLOCO AVISO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - SUFITE 90G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 15X20 CM - C/ 100 FLS	BL	350	18,04	6.314,00
16	BLOCO DE COMUNICAÇÃO DE COMPARECIMENTO A VISITA MENSAL NÃO ATENDIDA NA ÁREA-ESF-170 X 95 MM-SUFITE 75G C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	24,99	4.998,00
17	BLOCO DE REGISTRO DIÁRIO DE SERVIÇO ANTIVETORIAL/PESQUISA ENTOMOLÓGICA COM 100 FLS., SUFITE 75G, 20 X 30 CM FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	22,53	2.253,00
18	BLOCO ANAMNESE-ALIMENTAR COM 100 FLS-SUFITE 75G, MEDIDA 21,0 X 29,7 CM-FRENTE E VERSO COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	22,39	4.478,00
19	BLOCO DE RELATÓRIO DE PRODUÇÃO E MARCADORES PARA AVALIAÇÃO ESF COM 100 FLS SULFITE 90G, 21,0 X 29,7 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	23,21	4.642,00
20	BLOCO DE AVISO DE PESAGEM-ESF - MEDIDA 170 X 25 CM, SULFITE 75G C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50	19,12	956,00
21	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO 16 X 20 CM COM 100 FLS SILF 50G COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	500	17,57	8.785,00
22	BLOCO DE PROTOCOLO PARA ENCAMINHAMENTO CLÍNICO CREO/CISAMUSEP COM 100 FLS SULFITE 75G, 21,5 X 31,5 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	22,34	4.468,00
23	BLOCO DE PRONTUÁRIO MÉDICO PARA ENFERMARIA C/ 100 FLS-SULFITE 75G - MEDIDA 21,0 X 29,7 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	22,44	4.488,00
24	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA AZUL"B, B-1, B-2" E RETINÓIDES SISTÊMICOS COM 50 FLS. SUPER BONDER AZUL – 75G – 10 X 25 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	20,09	4.018,00
25	BLOCO DE RECEITUÁRIO COMUM - 15,0 X 22,0 CM - IMPRESSÃO CROMIA - COM 100 FOLHAS	BL	1500	21,07	31.605,00
26	BLOCO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL-50 X 2 VIAS CARBONO AUTOCOPIATIVO – 14 X 20 CM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	1500	20,60	30.900,00
27	BLOCO DE ANAMNESE ALIMENTAR COM 100 FLS SULFITE 75G, 21,0 X 29,7 CM-FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	21,74	2.174,00
28	BLOCO DE DECLARAÇÃO, DE COMPARECIMENTO, DECLARAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, SUFITE 75G - IMP 01 COR - MEDIDA 14X20CM - COM 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	23,06	4.612,00
29	BLOCO DE ATESTADO DE VACINA-SULFITE 90G, COM 100 FLS 20 X 15 CM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	19,20	3.840,00
30	BLOCO DE FOLHA AMARELA-ATENDIMENTO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA-PAPEL SUPERBOND 75G - COM 100 FLS, IMP 1 COR FRENTE E VERSO, 20 X 30 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	21,74	4.348,00



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

31	BLOCO DE GUIA-ENCAMINHAMENTO COM 50 FLS-SULFITE 75G-22X 32 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	250	22,75	5.687,50
32	BLOCOS DE EXAMES PARA ESPECIALIDADES - SUFITE 75G - 14X20CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	25,22	2.522,00
33	BLOCO EXAMES SOLICITADOS - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	21,95	2.195,00
34	BLOCO DE FICHA GERAL DE ATENDIMENTO MÉDICO COM 100 FLS. SULFITE 75G, 22,0 X 30,0 CM, F/V COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150	23,43	3.514,50
35	BLOCO ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM 100 FLS, SULFITE 90G 20 X 30 CM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	24,55	2.455,00
36	BLOCO CONTINUAÇÃO FICHA GERAL DE ATENDIMENTO - FGA I - SUFITE 90G - F/V - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	21,95	2.195,00
37	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAMES COM 100 FLS. SULFITE 75G, 15,0 X 20,0 CM -- COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	19,45	3.890,00
38	BLOCO FICHA GERAL DE ATENDIMENTO - FGA I - SUFITE 75G - F/V - F/V - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150	22,28	3.342,00
39	BLOCOS COMPROVANTE AGENDAMENTOS 50 X 2, VIA CARBONO AUTOCOPIATIVO - MEDIDA 14 X 20. - COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	20,38	2.038,00
40	BLOCO FICHA B-DIA - SUFITE 75G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	23,51	2.351,00
41	CADERNETA CLÍNICA DO BEBÊ - PAPEL SUFITE 75G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 15X20CM - C/ 8 VIAS - F/V	UND	200	16,12	3.224,00
42	CARTEIRINHA CONTROLE HIPERTENSO / DIABÉTICO - SUFITE 180G - F/V - 14X20CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000	2,51	7.530,00
43	CARTEIRA CONTRACEPTIVO ORAL - CONTROLE ANTICONCEPCIONAL - SUFITE 240G - IMPRESSÃO CROMIA - F/V - MEDIDA 30X20CM	UND	2000	2,49	4.980,00
44	FOLHAS DE EXTRATIFICAÇÃO DE DIABETES, SULFITE 90 G - FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 20 X 30 CM.	FLS	3000	0,59	1.770,00
45	FOLHAS DE EXTRATIFICAÇÃO DE RISCO, SULFITE 90G, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 20 X 30 CM.	FLS	3000	0,62	1.860,00
46	CARTEIRA DE CONTROLE DE GLICEMIA-PAPEL CARTÃO, 240G- IMPRESSÃO CROMIA, 20 X 15CM-FRENTE E VERSO.	UND	3000	1,48	4.440,00
47	CONTROLE DE APROXIMAMENTO DE IMUNIZAÇÕES, SULFITE 240G, MEDIDA 15X20 CM. IMPRESSÃO CROMIA	UND	2000	1,59	3.180,00
48	CARTÃO CONTROLE DE MEDICAMENTOS - CARTOLINA 180G-30X20CM-IMP CROMIA - F/V	UND	10000	0,93	9.300,00
49	FOLDERS SOBRE DENGUE-COUCHE, 150G-IMP CROMIA F/V- 30 X 20 CM.	UND	20000	0,86	17.200,00
50	FOLDERS PARA DIVERSAS AREAS DA SAUDE - PAPEL COUCHE 170G - IMP CROMIA - F/V - MEDIDA 30X20CM	UND	20000	0,84	16.800,00
51	CARTÃO DE CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL - SULFITE 180G - MEDIDA 12,5 X 18,5 CM - IMPRESSÃO CROMIA	UND	5000	1,44	7.200,00
52	CARTEIRA DE VACINAÇÃO - SUFITE 180G, 31,5 X 11,0 CM- F/V - IMPRESSÃO CROMIA	UND	2000	1,38	2.760,00
53	CARTÃO DO PACIENTE, CARTOLINA AZUL, 180G, 57 X 95 MM. COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000	0,73	2.190,00
54	CARIMBO AUTOMÁTICO AUTOENTINTADO - MEDIDA 47 X 18 MM	UND	200	74,78	14.956,00
55	CARIMBO AUTOMÁTICO AUTOENTINTADO MEDIDA - 35 X 14 MM	UND	300	66,09	19.827,00
56	ALMOFADA DE RECARGA DE CARIMBO AUTOMÁTICO- TAMANHO 47X1,7 CM	UND	100	58,95	5.895,00
57	ALMOFADA DE RECARGA DE CARIMBO AUTOMÁTICO, TAMANHOS DIVERSOS	UND	100	33,39	3.339,00
58	ADESIVO C/ IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI PARA VARIOS DEPTOS C/ ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL INDICADO PELO SETOR	M2	400	93,79	37.516,00



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

59	ADESIVOS COM IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI - PARA ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS P/ DIVERSOS DEPTO - ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL	M2	500	124,06	62.030,00
60	CARTÕES DATAS COMEMORATIVAS, DIA DAS MÃES, PAIS, CRIANÇAS, ETS. - COUCHE 300 GR - IMP CROMIA F/V - 30 X 20 CM - DOBRADO	UND	5000	1,96	9.800,00
61	BLOCO DE BOLETIM DE RECONHECIMENTO-PCFAD COM 50 FLS-SULFITE 75G, 20 X 30 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	23,64	4.728,00
62	FOLDERS SOBRE LIMPEZA PÚBLICA-COUCHE 115G IMP. CROMIA 30 X 20 CM-FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	20000	0,85	17.000,00
63	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - COM 50 JOGOS DE 2 VIAS, CARBONO AUTOCOPIATIVO - 14 X 20 CM, .	BL	200	21,86	4.372,00
64	PASTA ARQUIVO PAPEL CARTÃO 240G, 32 X 46 TIMBRADO, COM NOME DAS ESCOLAS E CENTROS EDUCACIONAIS. - CROMIA - PLASTIFICADA	UND	3000	4,12	12.360,00
65	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL - COM 50 JGS, DE 2 VIAS - MEDIDA 14 X 20 CM, CARBONO AUTOCOPIATIVO COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	200	22,31	4.462,00
66	ENVELOPES DE LIVRO, SULFITE 180G, 15 X 8 CM. - IMPRESSÃO CROMIA	UND	5000	1,26	6.300,00
67	ENVELOPE SACO, 250 X 310-KRAFT NATURAL 90G. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENE E VERSO	UND	12000	1,43	17.160,00
68	ENVELOPE SACO, 410 X 360, KRAFT NATURAL, 90G - COM IMPRESSÃO CROMIA, FRENTE E VERSO.	UND	8000	1,70	13.600,00
69	ENVELOPE SACO, 190 X 250 KRAFT NATURAL-90G. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	8000	1,77	14.160,00
70	ENVELOPE SACO OURO 120G - TIMBRADO 160 X 230. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000	1,26	15.120,00
71	ENVELOPES SACO, TIMBRADO, 120GR, 26 X 36 CM - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000	0,99	11.880,00
72	ENVELOPE SACO TIMBRADO BRANCO, SUFITE 120G, 18 X 24 CM. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000	1,67	20.040,00
73	ENVELOPE SACO, TIMBRADO, 90G, 24 X 34 CM - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO - SUFITE 120G	UND	12000	1,45	17.400,00
74	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO BRANCO - PAPEL SUFITE 120G 12 X 23 CM. - IMPRESSÃO CROMIA - FRENTE E VERSO	UND	12000	1,58	18.960,00
75	FICHA DE CONTROLE CRUZADO FCC, SULFITE 240G - 20X15CM - FRENTE E VERSO COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	10000	0,98	9.800,00
76	FICHA DE DEVOLUÇÃO DE LIVROS, - SULFITE 120G, 15 X 7 CM-F/V - IMP CROMIA	UND	3000	1,09	3.270,00
77	FICHA DE CONTROLE DE ENTRADA DE LIVROS. SULFITE 75G, 30 X 40 CM-F/V - IMP CROMIA.	UND	3000	1,41	4.230,00
78	APOSTILAS DE CURSO PROERD, CAPA COUCHE 150G, IMPRESSÃO CROMIA, 20 X 30CM FECHADA 40X30CM ABERTA- COM 52 PÁGINAS.	UND	100	46,08	4.608,00
79	CARTÃO DE VISITA PAPEL COUCHE, 300G, CROMIA, LAMINAÇÃO FOSCA E VERNIZ LOCALIZADO MEDIDA PADRÃO 50X90 MM CANTOS ARREDONDADOS.	UND	3000	0,69	2.070,00
80	FOLHAS PAPEL OFICIO TIMBRADO - IMPRESSÃO CROMIA - SUFITE 90G - MEDIDA 29,7X21,0 CM	UND	30000	0,71	21.300,00
81	FICHA DE CONTROLE DE BORDO SEMANAL, 22 X 32 CM, SULFITE 180G, FRENTE E VERSO. COM IMPRESSÃO CROMIA.	UND	1000	2,06	2.060,00
82	FICHA DE CONTROLE DE VEÍCULOS, SULFITE 240G, MEDIDA 20 X 30 CM - F/V IMPRESSÃO CROMIA	UND	1000	1,93	1.930,00
83	FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO-CARTOLINA 240G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 57 X 36 CM	UND	1000	6,50	6.500,00
84	PASTAS PARA DOCUMENTOS EM GERAL, PAPEL TRIPLEX, 300G, PLASTIFICADAS, 32 X48 CM, COM ABAS INTERNA E PERFURADAS COM ASTE BORBOLETA. - IMPRESSÃO CROMIA.	UND	3000	4,70	14.100,00
85	CONVITES PARA DIVERSOS EVENTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO - COUCHE 250G - IMPRESSÃO CROMIA - MEDIDA 20X30CM - DOBRADA COM VERNIZ UV LOCALIZADO F/V	UND	3000	3,70	11.100,00



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

86	CARTÕES DE ANIVERSARIO PARA DIVERSOS FINS DA ADMINISTRAÇÃO - COUCHE 250G - IMP CROMIA - MEDIDA 30X20CM - DOBRADO - COM VERNIZ LOCALIZADO - F/V	UND	2000	2,51	5.020,00
87	CARTAZES PARA DIVERSOS EVENTOS DA ADM. - PAPEL COUCHE 170G - IMP CROMIA MEDIDA 64X46CM CM	UNID	1000	4,97	4.970,00
88	BLOCOS BOLETIM DE ATENDIMENTO - CONSELHO TUTELAR - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50	19,27	963,50
89	TERMO DE ADVERTENCIA E RESPONSABILIDADE - CONSELHO TUTELAR - SUFITE 90G - 20X30CM - C/ 100 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50	25,22	1.261,00
90	CERTIFICADOS DIVERSOS CURSOS - PAPEL COUCHE 230G - IMP CROMIA - 20X30CM	UNID	1000	5,58	5.580,00
91	PASTAS P/ DIVERSAS CONFERENCIAS - PAPEL TRIPLEX 250G - IMP CROMIA - 30X45CM - C/ ENCARTE	UNID	2000	4,93	9.860,00
92	CRACHAS P/ DIVERSAS CONFERENCIAS - PAPEL TRIPLEX 250G - IMP CROMIA - 10X15CM - PERFURADOS - C/ ILHOS	UNID	2000	2,62	5.240,00
93	CONVITES AUTORIDADES PARA EVENTOS DIVERSOS DA ADMINISTRAÇÃO - PAPEL COUCHE 300G - IMP CROMIA - MEDIDA 20X30CM - F/V	UND	2000	2,61	5.220,00
94	BLOCOS DE CONTROLE DE TELEFONEMAS - PAPEL SUFITE 75G - MEDIDA 20X30CM - C/ 50 FLS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	50	23,97	1.198,50
95	BLOCOS DE FICHAS P/ DIVERSOS EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO - PAPEL DIVERSAS CORES - MEDIDA 12X8CM - NUMERADOS - CROMIA - VARIOS MODELOS - C/ 100 FLS	BL	1500	5,90	8.850,00
96	REQUISIÇÃO P/ GINASIO DE ESPORTES - 50X2 VIAS - CARBONADOS - MEDIDA 10X14CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150	14,28	2.142,00
97	PORTA CARDAPIO PARA MESAS DIVERSOS EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO - PAPEL COUCHE 300G - IMP CROMIA - MEDIDA 43X18CM - C/ CORTE FACA ESPECIAL PLASTIFICADOS - VERNIZ LOCALIZADO	UNID	1500	4,60	6.900,00
98	M2 FAIXA EM LONA DIVERSOS DEPTO IMPESSÃO DIGITAL 1200 DPI ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL INDICADO SETOR	M2	200	92,34	18.468,00
99	M2 ADESIVOS P/ PERSONALIZAÇÃO DE VITRINES/PAREDES VARIOS DIZERES E TAMANHOS - IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI - ARTE E INSTALAÇÃO NO LOCAL INCLUSA - DIVERSOS DEPTOS	M2	200	93,35	18.670,00
100	M2 PLACA INFORMATIVA DE USO INTERNO E EXTERNO PVC 5 MM ADESIVADO IMPRESSÃO DIGITAL 1200DPI - ARTE E INSTALAÇÃO NO LOCAL INCLUSA	M2	200	139,25	27.850,00
101	M2 ADESIVO PADRÃO ESTADUAL PARA ENVELOPAMENTO DE VEICULOS - IMPRESSÃO DIGITAL 1200DPI - INSTALAÇÃO NO LOCAL - ARTE INCLUSA - DIV DEPTOS	M2	250	154,83	38.707,50
102	LONA BANNERS C/ IMPRESSÃO DIGITAL 1200 DPI PARA DIVERSOS DEPTO C/ ARTE INCLUSA E INSTALAÇÃO LOCAL INDICADO SETOR	M2	500	85,86	42.930,00
103	FOLDERS S/ TRABALHO INFANTIL - CONSELHO TUTELAR - COUCHE 150G IMP. CROMIA 30 X 20 CM-FRENTE E VERSO.	UND	10000	0,84	8.400,00
104	BLOCO FICHA DE VULNERABILIDADE CLÍNICO-FUNCIONAL-20 - PAPEL SULFITE - IMPRESSÃO FRENTE E VERSO - MONOCROMIA	BLOCO	200	37,67	7.534,00
105	BLOCO FICHA PARA ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES HIPERTENSOS DE ALTO OU MUITO ALTO RISCO E/OU DIABETES MELLITUS COM CONTROLE METABÓLICO RUIM. PAPEL SULFITE - IMPRESSÃO FRENTE E VERSO - MONOCROMIA	BLOCO	200	27,13	5.426,00
106	ADESIVO AUTOCOLANTE PARA IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS COMUM, RESÍDUOS INFECTANTES E RESÍDUOS RECICLÁVEIS. COLORAÇÃO DE ACORDO COM AS CORES DE IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS. TAMANHO 9 CM X 11 CM.	UNIDADE	300	2,53	759,00



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

107	ETIQUETA AUTOCOLANTE DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE. MONOCROMIA. TAMANHO 11CM X 5CM.	UNIDADE	20000	0,66	13.200,00
108	ETIQUETA AUTOCOLANTE COLORIDO PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO. CORES: AZUL, VERDE, AMARELO E VERMELHO.	UNIDADE	20000	0,47	9.400,00
109	ETIQUETA AUTOCOLANTE PARA IDENTIFICAÇÃO DE MEDICAÇÃO, MONOCROMÁTICO. TAMANHO 14 CM X 14 CM.	UNIDADE	20000	0,91	18.200,00
110	BLOCO DE ATESTADO DE CONSULTA ODONTOLÓGICA COM 100 FOLHAS SULFITE 75G-15,0 X 22,0 CM COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	100	18,91	1.891,00
111	BLOCO DE GUIA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA 01 VIA 30 X 20 CM – SULFITE 75G-COM 50 FOLHAS COM IMPRESSÃO CROMIA.	BL	150	24,11	3.616,50
TOTAL					988.134,00

12. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

12.1. Para efetiva contratação a empresa vencedora do certame deverá manter os mesmos requisitos de contratação e habilitação contidos no item 5 deste TR.

12.2. A Contratada deverá estar regularizada quanto à emissão de nota fiscal de acordo com a legislação estadual.

12.3. Os prestadores de serviços devem ser capazes de executar os serviços ora descrito, conforme detalhado neste termo de referência, dentro dos padrões de qualidade.

12.4. O fornecedor deve ter capacidade logística para fornecer os serviços, de acordo com o cronograma estabelecido, e em quantidade e qualidade adequadas ao solicitado. Deve também ser capaz de ajustar a entrega dos serviços de acordo com as flutuações da demanda.

12.5. A Contratada arcará com todas as despesas decorrentes do deslocamento do pessoal de apoio, de coordenação e fiscalização, de transporte de todo o material relativo ao concurso, de postagem de comunicados, de taxas e tarifas bancárias, bem como encargos, impostos e outras despesas.

13. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. Verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, foi constatado que existem recursos orçamentários para suprir o objeto conforme relação de despesa em anexo assinada pelo Contador.

13.2. Outrossim, ressaltamos que a execução do objeto pleiteado encontra amparo na legislação orçamentária vigente (PPA; LDO e LOA).

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
5	01.001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.3.3.90.30.00
23	02.001	Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.3.3.90.30.00
63	04.001	Manutenção da Secretaria de Fazenda	04.001.04.123.0020.2012.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA
LOBATO
CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

		PÚBLICA	
96	05.001	Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00
96	05.001	Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00
181	06.003	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	181 - 06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00
189	06.003	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	06.003.10.304.0014.2078.3.3.90.30.00
242	07.001	GABINETE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	07.001.04.122.0020.2083.3.3.90.30.00
225	07.001	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.3.3.90.30.00
359	08.001	Manutenção da Secretaria de Planejamento	08.001.04.122.0019.2006.3.3.90.30.00
363	09.001	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00
389	10.001	Manutenção da Secretaria de Educação	10.001.12.361.0020.6029.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
518	15.001	Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.3.3.90.30.00
532	16.001	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.3.3.90.30.00

É a informação,

Lobato, 19 de fevereiro de 2026.

ANTONIO VALDENIR LODI
Secretário de Administração

ELIANE LININQ F. DOS SANTOS
Chefe do Departamento de Compras e Patrimônio



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026-PML
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 02

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(papel timbrado da empresa)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A empresa....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Lobato, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº /2025, conforme abaixo discriminado:

DA DESCRIÇÃO DOS ITENS E VALORES MÁXIMOS:

Lote	Item	Descrição do produto	Marca	Quant.	Unidade de Medida	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)

1. Os preços ofertados são para pagamento em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos pelas unidades requisitantes. Nos preços estão inclusas todas as despesas com o fornecimento, inclusive embalagens, fretes, descarregamento, tributos, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre o fornecimento.

2. Declaramos que temos amplo conhecimento do local de entrega dos produtos, assim como concordamos com a sua alteração, exclusão ou inclusão de outro local dentro do perímetro desta municipalidade, consoante fixado na Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

3. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo do objeto.
4. Declaramos que serão observados os seguintes prazos para o fornecimento: O prazo máximo para entrega dos produtos é de **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da NFS (Nota de solicitação de fornecimento).
5. DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026-PML
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 03 - DECLARAÇÃO UNIFICADA (Obrigatório utilizar este modelo)

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., sediada(Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal, portador (a) da Cédula de Identidade RG sob nº., e inscrito (a) no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF sob nº., **DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Artigo 91 da Resolução CGSN nº 94/2011.

DECLARA ainda que a empresa não se inclui nas hipóteses que afastam o tratamento privilegiado descritas no Art. 3º, 4º, da Lei Complementar 123/2006.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pelo Município de Lobato/PR, que:

a) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

e) Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com a Autarquia deste município nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/21, e enquadradas nas vedações do art. 33, do Decreto Municipal nº 116/2023.

f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13º da Lei nº 14.133/2021.

h) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

i) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta Autarquia que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

(Preenchimento obrigatório):

- Telefone fixo para contato: ()
- Telefone celular para contato: ()

j) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato e qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO seja encaminhado para o seguinte endereço eletrônico, **presumindo-se o recebimento caso não haja a confirmação de leitura.**

(Preenchimento obrigatório):

E-mail:

k) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) preposto responsável para acompanhar o fornecimento dos objetos deste Processo Administrativo, referente ao Pregão Eletrônico n.º 2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos no Contrato.

l) Declaramos, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

m) Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
 3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

, de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026-PML
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 04 MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026 (**NÃO PREENCHER**)

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE LOBATO**, endereço Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, Lobato/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.970.367/0001-08, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. FÁBIO CHICAROLI**, doravante denominado apenas por **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº /2026, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, **RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas oferecidas pela empresa , inscrita no CNPJ nº. , estabelecida na Rua , nº. , Bairro , CEP , município de Estado , representada neste ato pelo Sr. (a). , Representante Legal, brasileiro(a), casado(a), comerciante, portador da Carteira de Identidade RG nº. SSP/ , com cadastro no CPF/MF nº. doravante denominado apenas por **DETENTORA DA ATA**, cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar no certame, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022; Decreto Municipal nº. 155/2022, de 08 de setembro de 2022, Decreto Municipal Nº 021/2024, de 11 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº. 017/2025 de 27 de janeiro de 2025, Decreto Estadual nº 10.86/2022 de 17 de janeiro de 2022 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie e às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

1.2 - A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e obrigações desta Ata.

1.3 - Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do PREGÃO ELETRÔNICO nº /2026.

1.4 - Após assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

3.1. As mercadorias (objetos do presente certame) serão adquiridas parceladamente, conforme necessidade do Órgão, os mesmos deverão ser solicitados pela Administração com antecedência de 24 horas.

3.1.1. A empresa vencedora deverá entregar os itens que atendam rigorosamente as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, diretamente na Prefeitura Municipal de Lobato/PR, situada na Rua Antônio Coletto n.º 1260, Bairro Centro- Lobato/PR, Cep 86790-000, telefone (44) 3249-1414 no horário das 8h00min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, sendo o transporte e descarga por conta da empresa Detentora da Ata de Registro de Preços, em até **05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da NFS (Nota de solicitação de fornecimento).**

3.1.2. As mercadorias deverão atender as normas sanitárias vigentes;

3.1.3. O transporte e a descarga das mercadorias deverão ser entregues nos locais designados e correrão por conta exclusivos das empresas vencedoras, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

3.1.4. A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência e execução da Ata de Registro de Preços a mesma marca do objeto indicada na Proposta Inicial e final, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 140, § 1º, salvo por acordo entre as partes, desde que motivado e justificado.

3.2. As mercadorias deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pelo Instituto nacional de metrologia, qualidade e tecnologia (INMETRO) e demais legislações correlatas, no caso de produtos de panificação industrializados.

3.3. A qualidade da mercadoria fornecida é de inteira responsabilidade da Detentora da Ata;

3.4. A solicitação será feita pela Secretaria/Departamento requisitante de modo que seja garantida a eficiência e o atendimento completo do pedido, de maneira pré-estabelecida e em concordância com a empresa vencedora do certame.

3.5. Quando as mercadorias solicitadas não apresentarem satisfação dentro das condições contratuais, o fornecedor será alvo de advertências.

3.6. O fornecedor deve ter capacidade logística para fornecer as mercadorias, de acordo com o cronograma estabelecido, e em quantidade e qualidade adequadas ao solicitado. Deve também ser capaz de ajustar o fornecimento dos produtos de acordo com as flutuações da demanda.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O objeto, suas especificações, quantidades estimadas de fornecimento durante o prazo de vigência desta ATA e o preço a ser praticado pelo Fornecedor são os seguintes **ITEM/ DESCRIÇÃO DO OBJETO/ UNIDADE /QUANTIDADE /MARCA/PREÇO UNITÁRIO/ PREÇO TOTAL.**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº : R\$ ().

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

4.2 - Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas concernentes ao fornecimento dos objetos acima relacionados, tais como: pessoal, material, equipamentos, ferramental, instalações, embalagens, transporte, fretes, visitas e ainda; fornecimento de certidões e documentos, impostos, encargos sociais, taxas, lucro, etc.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - As contratações com os fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação, serão formalizadas pelo Órgão Gerenciador através da nota de empenho e/ou autorização de despesa, consoante previsão do art. 95 da lei federal nº 14.133/2021.

5.2 - Os pagamentos serão efetuados **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do fornecimento do objeto, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração e acompanhado da respectiva nota fiscal e de todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista vigentes.

5.3 - O fornecedor ficará obrigado a repassar para o Órgão Gerenciador, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

5.4 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Lobato em favor detentora da ata. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.5 - A detentora da ata não receberá pagamentos enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
5	01.001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.3.3.90.30.00
23	02.001	Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.3.3.90.30.00
63	04.001	Manutenção da Secretaria de Fazenda	04.001.04.123.0020.2012.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
77	05.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	77 - 05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00
96	05.001	Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00
96	05.001	Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00
181	06.003	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	181 - 06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00
189	06.003	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	06.003.10.304.0014.2078.3.3.90.30.00



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

242	07.001	GABINETE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	07.001.04.122.0020.2083.3.3.90.30.00
225	07.001	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.3.3.90.30.00
359	08.001	Manutenção da Secretaria de Planejamento	08.001.04.122.0019.2006.3.3.90.30.00
363	09.001	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00
389	10.001	Manutenção da Secretaria de Educação	10.001.12.361.0020.6029.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
408	10.002	Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00
518	15.001	Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.3.3.90.30.00
532	16.001	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.3.3.90.30.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21, e do DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Ainda, nos termos do Decreto Municipal Nº 021/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024, art. 16:

§ 2º No ato de prorrogação da vigência da ARP, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, caso em que deverá constar no ato o prazo a ser prorrogado e o quantitativo a ser renovado.

Prazo de fornecimento e vigência: de / / até / / .

7.2 - A ata de Registro de Preços poderá gerar contrato, conforme disposto no Decreto 11.462/23, sendo:

Art. 23. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

Art. 34. (...) Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

Art. 35. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 36. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Define-se a vigência dos contratos decorrentes da ata de registro de preços o período de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. (Art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.3. A Ata de Registro de Preços será tramitada pelo Setor de Compras e com o Gestor do Contrato, localizado no paço municipal devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor demandante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Durante a validade desta Ata os preços permanecerão fixos e irrevogáveis. Excepcionalmente, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

8.2. Caso o fornecedor se recuse a baixar os preços registrados, o Município de Lobato poderá cancelar o registro.

8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhado de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

8.3.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

8.4. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro para mais ou para menos.

8.5. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração adotará as seguintes providências:

8.5.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

8.5.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

8.5.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.6. Serão observadas as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos art. 25 a art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS

9.1. A conferência dos objetos no ato de entrega será realizada pela Secretário Municipal de Administração, senhor **Antônio Valdenir Lodi** designada fiscal de contrato conforme Decreto



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

Municipal nº 121/2025, de 06 de maio de 2025, sendo que a entrega deverá ser acompanhada pelo responsável da empresa ganhadora.

9.2. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos objetos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

9.3. A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência e execução do contrato a mesma marca do objeto indicada na Proposta Inicial, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 140, § 1º, salvo por acordo entre as partes, desde que motivado e justificado.

CLAUSULA DÉCIMA- DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

10.2. Somente poderá haver alteração contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto obedecido ao disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que o contrato seja decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como a Ata de Registro de Preços esteja em plena vigência, sendo que os mesmos poderão sofrer aditivos de quantidades e de prazo, desde que observados os limites legais.

Eis o texto:

Art. 84, Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021:

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

Art. 36, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023:

A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no [art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

11.1. Constituem obrigações da detentora da ata:

11.1.1. Fornecer os produtos nas especificações estabelecidas, na forma e condições determinadas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como as obrigações definidas no edital de Pregão Eletrônico nº 03/2026, sem prejuízo das decorrentes normas, dos anexos e da natureza da atividade.

11.1.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária, social e trabalhista de seus empregados, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causarem aos terceiros em virtude da execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores.

11.1.3. Manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação.

11.1.4. São de inteira responsabilidade do Fornecedor, arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

11.1.5. Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do presente ajuste.

11.1.6. A empresa deverá entregar os produtos rigorosamente dentro dos prazos estipulados, e de acordo com as especificações técnicas exigidas no Edital, bem como as condições que constam de sua proposta e do instrumento de contrato celebrado, ou equivalentes.

11.1.7. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

11.1.8. Manter seus dados cadastrais junto ao Município sempre atualizados, principalmente àqueles referentes ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), endereço, telefone e e-mail, alteração da constituição social ou do estatuto da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. Requisitar o fornecimento quando necessário nas condições estabelecidas nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

12.2. Proceder, através da Secretaria/Divisão solicitante a execução, controle e fiscalização dos serviços, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do Fornecedor.

12.3. Efetuar o pagamento ao Fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

13.1. A empresa detentora terá seu registro cancelado quando:

13.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.1.2. Não assinar a respectiva ata ou não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.1.3. Não aceita reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

13.1.5. Tiver presentes razões de interesse público.

13.1.6. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente.

13.1.7. A empresa detentora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. O licitante ou o contratado que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

14.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

14.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

14.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) *dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*

b) *dar causa à inexecução total do contrato/ata;*

c) *deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*

d) *não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*

e) *não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

14.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

a) *apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;*
b) *fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
c) *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
d) *praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*
e) *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

14.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

14.2.3.2. A sanção prevista no item 14.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Lobato/PR pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado.

14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.10. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

15.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objeto de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) "**prática fraudulenta**": a falsidade ou omissão dos fatos, com o objeto de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) "**prática obstrutiva**": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financeiro pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.lobato.pr.gov.br/> - aba "LICITAÇÕES", na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Órgão Gerenciador não se obriga a contratar exclusivamente pela Ata de Registro de Preços, podendo cancelar, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente nos termos da legislação específica, sem que caiba recurso por parte de detentor.

17.2. Os dados da Ata de Registro de Preços são decorrentes do Pregão Eletrônico nº 03/2026.

17.3. Os casos omissos relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

CNPJ. 76.970.367/0001-08

E-mail: administracao-lobato@lobato.pr.gov.br

Rua Antônio Coletto, 1260 - Centro - Fone/Fax: (44) 3249-1414 / 3249-1396

Caixa Postal 13 - CEP 86790-000



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes em formato digital ou eletrônica, inclusive as testemunhas.

Lobato/PR, XX de XXXXXXX de 2026.

**MUNICÍPIO DE LOBATO
ÓRGÃO GERENCIADOR**

**EMPRESA
DETENTORA DA ATA**

Testemunhas:

Nome

Nome